



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2012

**PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO – PPF
CNPB 1990.0011-65**

SUMÁRIO

Apresentação	pág. 3
Resumo das informações sobre o demonstrativo de investimentos	pág. 4
Resumo da política de investimentos	pág. 9
Balanço patrimonial consolidado	pág. 12
Demonstração da mutação do patrimônio social	pág. 13
Demonstração do plano de gestão administrativa	pág. 14
Demonstração do ativo líquido	pág. 15
Demonstração da mutação do ativo líquido	pág. 16
Demonstração das obrigações atuariais do plano	pág. 17
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas	pág. 18
Parecer dos auditores independentes	pág. 54
Parecer atuarial	pág. 57
Parecer do Conselho Fiscal	pág. 59

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Anual de Informações aos participantes, elaborado pela GEAP – Fundação de Seguridade Social, é um instrumento que reúne demonstrativos e manifestações acerca do desempenho administrativo e financeiro relacionados ao Plano de Pecúlio Facultativo – PPF no exercício 2012, e atende aos procedimentos estabelecidos na legislação e normas de previdência complementar, em especial às Resoluções CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006 e CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

Neste encarte estão publicados dados e informações da gestão de investimentos, da evolução patrimonial e pareceres exigidos, excluída apenas a manifestação do Conselho Deliberativo acerca das demonstrações contábeis, em razão do processo de intervenção sob o qual a Fundação se encontra. Registramos que no exercício em questão não ocorreram alterações no Estatuto da GEAP ou no Regulamento do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF.

Informações complementares tais como o Demonstrativo Atuarial, o Estatuto e o Regulamento referidos acima, estão, também, disponíveis para consulta eletrônica no sítio da GEAP na internet (www.geap.com.br).

É importante mencionar que no ano de 2012 a GEAP obteve da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC a aprovação do seu Projeto de Educação Previdenciária, que reúne ações relativas à disseminação de cultura voltada para o planejamento do futuro e busca despertar o interesse dos participantes nos assuntos relativos aos seus planos de benefícios.

Com a referida aprovação, a Fundação foi dispensada da obrigação do envio da versão impressa do presente relatório, possibilitando economia para os planos e, conseqüentemente, para seus participantes.

Salientamos, ainda, como conquistas no exercício, a criação do Clube de Vantagens, a ampliação dos canais de comunicação e relacionamento com os participantes e a reformulação do Portal da Fundação na internet. Outro ponto que merece destaque é o baixo custo administrativo da GEAP, que, segundo estudo publicado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, é expressivamente menor em relação a outras entidades de porte similar.

Em resumo, este presente instrumento busca conferir transparência na prestação de contas da GEAP junto aos participantes do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF e ser uma importante forma de acompanhamento da gestão dos planos de benefícios que a entidade administra.

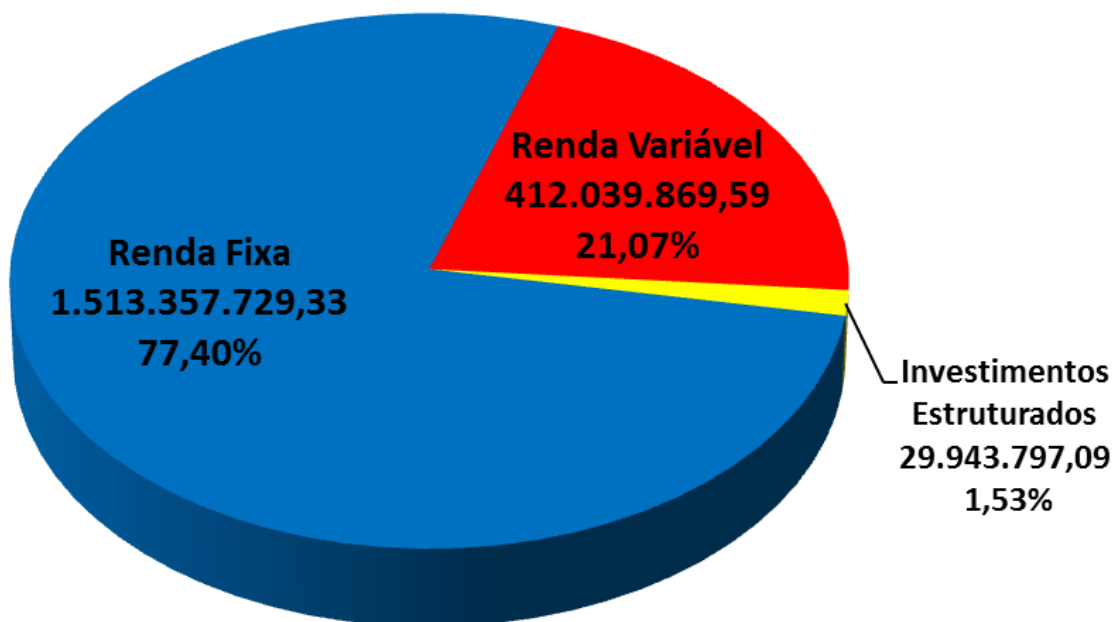
Brasília, abril de 2013.

Aubiér gio Barros de Souza Filho
Interventor

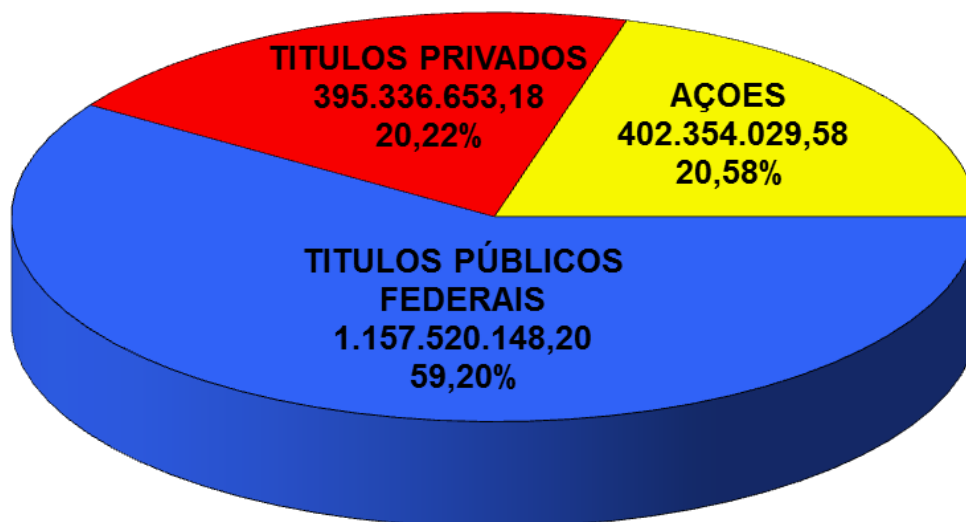
RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Os recursos do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF são administrados seguindo o que determina a legislação e as normas da Previdência Complementar, bem como pelos critérios estabelecidos na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da GEAP.

Em 31 de dezembro de 2012, o total das aplicações do PPF alcançou o valor de R\$ 1.955.341.396,01. Este valor está dividido em três principais segmentos: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, conforme demonstrado no quadro a seguir:



Em uma visão macro da carteira de investimentos do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF, pode ser visto que existem três veículos de investimentos conforme o quadro a seguir:



Na Política de Investimentos de 2012 ficou definido que o referencial de performance do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF é a taxa mínima atuarial (índice de inflação + taxa de juros), no caso INPC + 5% ao ano.

Em 2012 a rentabilidade consolidada do PPF foi de 13,10%, o que representa 113,81% da Meta Atuarial no período que fechou em 11,51%. No segmento de Renda Fixa a rentabilidade foi de 12,56%, representando 149,52% do referencial de mercado, o CDI, que atingiu 8,40%. A Renda Variável fechou em 15,06%, representando 203,51% do índice de referência do mercado de ações, o IBOVESPA, que fechou 2012 com 7,40%, o segmento de Investimentos Estruturados atingiu a rentabilidade em 2012 de 4,85%, conforme ilustrado no quadro a seguir.

ESPECIFICAÇÃO DO SEGMENTO APLICAÇÃO	R\$	% TOTAL	RENTABILIDADE	
			Dezembro	2012
RENDA FIXA	1.513.357.729,33	77,40	(2,04)	12,56
CARTEIRA PRÓPRIA	771.006.101,92	39,43	(0,47)	19,22
Títulos Públicos	584.686.760,53	29,90	1,92	29,20
Títulos Privados	186.319.341,39	9,53	(7,27)	(2,09)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	742.351.627,41	37,97	(3,64)	5,70
Fundos de Renda Fixa	686.285.189,82	35,10	0,59	9,15
Fundos de Crédito	52.302.636,98	2,67	(38,29)	(34,24)
FIDCs	3.763.800,61	0,19	8,97	290,96
RENDA VARIÁVEL	412.039.869,59	21,07	4,98	15,06
Fundos Ibovespa	313.791.011,84	16,05	4,68	12,83
Fundo IGC	98.248.857,75	5,02	5,95	22,55
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	29.943.797,09	1,53	2,18	4,85
Fundos Multimercado	5.594.392,45	0,29	0,69	8,35
Fundo de Investimentos em Participação	24.349.404,64	1,25	3,39	(26,88)
Caixa + contas a pagar / receber				
Total dos Investimentos	1.955.341.396,01	100,00	(0,56)	13,10

Referenciais	Exigível Atuarial	1,15	11,51
	CDI	0,53	8,40
	Ibovespa	6,05	7,40

Segmento	Rentabilidade do PPF	Referencial de Mercado	
RENDA FIXA	12,56%	CDI	8,40%
RENDA VARIÁVEL	15,06%	IBOVESPA	7,40%
INVESTIMENTO ESTRUTURADO	4,85%	Meta Atuarial	11,51%
CONSOLIDADA	13,10%	Meta Atuarial	11,51%

A maior parte dos recursos garantidores do PPF está aplicada no segmento de Renda Fixa, que representa 77,54% dos recursos garantidores. No Segmento Renda Variável a alocação perfaz 21,11 % e no segmento de Investimentos Estruturados o PPF aplica 1,53%. As aplicações financeiras são efetuadas através da aquisição de títulos e de quotas de fundos de investimentos, conforme ilustrado no quadro a seguir.

SEGMENTO/Especificação	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012	
	R\$	% RG	R\$	% RG
RENDA FIXA	1.407.857.097,17	79,98%	1.513.357.729,33	77,54%
Fundo de Investimento	697.269.933,14	39,61%	742.351.627,41	38,04%
Carteira Própria	710.587.164,03	40,37%	771.006.101,92	39,50%
RENDA VARIÁVEL	317.537.108,34	18,04%	412.039.869,59	21,11%
Fundo de Ações	317.537.108,34	18,04%	412.039.869,59	21,11%
INV. ESTRUTURADO	38.470.551,93	2,19%	29.943.797,09	1,53%
Fundo Multimercado	37.448.860,09	2,13%	5.594.392,45	0,29%
Fundo FIP	1.021.691,84	0,06%	24.349.404,64	1,25%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.763.864.757,44	100,21%	1.955.341.396,01	100,19%
Disponibilidade				
Exigível Contingencial	(33.332.374,71)	-1,89%	(33.450.102,44)	-1,71%
Depósitos	21.276,70	0,00%	462,99	0,00%
Depósitos Judiciais	29.677.239,88	1,69%	29.794.967,63	1,53%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)	1.760.230.899,31	100,00%	1.951.686.724,19	100,00%

Os títulos que representam as aplicações da GEAP são custodiados no Banco Bradesco, instituição financeira responsável pela custódia e administração, que tem também como atribuição centralizar o controle do patrimônio da Fundação.

Os investimentos do PPF em 31 de dezembro de 2012 estão distribuídos da seguinte forma:

SEGMENTO / APLICAÇÃO	R\$	R\$	%RG
RENDA FIXA		1.513.357.729,33	77,54%
CARTEIRA PRÓPRIA		771.006.101,92	39,50%
NTN-B	472.219.326,13		24,20%
NTN-C	112.467.434,40		5,76%
DPGE	186.319.341,39		9,55%
CCB	-		0,00%
DEBENTURES	-		0,00%
FUNDOS (RENDA FIXA)		742.351.627,41	38,04%
Renda Fixa	686.285.189,82		35,16%
Fundos de Crédito	52.302.636,98		2,68%
Multimercado	-		0,00%
Direitos Creditórios	3.763.800,61		0,19%
RENDA VARIÁVEL		412.039.869,59	21,11%
FUNDOS (AÇÕES)	412.039.869,59		21,11%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		29.943.797,09	1,53%
FUNDOS (MULTIMERCADOS)	5.594.392,45		0,29%
FUNDOS FIP	24.349.404,64		1,25%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS ⁽¹⁾		1.955.341.396,01	100,19%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)		1.951.686.724,19	

Obs.: ⁽¹⁾ O total de investimento não conta com os dados de Depósitos, Depósitos Judiciais e Exigível Contingencial.

Do total dos investimentos 39,50% estão aplicados em títulos que compõem a Carteira Própria do segmento de Renda Fixa. A aplicação direta de recursos do PPF em Títulos Públicos Federais e Títulos Privados que compõem a Carteira Própria está assim composta:

GESTÃO PRÓPRIA	31/12/2011		31/12/2012	
	R\$	% RG	R\$	% RG
TÍTULOS PÚBLICOS	432.386.815,75	22,15%	584.686.760,53	29,96%
TÍTULOS PRIVADOS	278.200.348,28	14,25%	186.319.341,39	9,55%
TOTAL DA CARTEIRA PRÓPRIA DE RENDA FIXA	710.587.164,03	36,41%	771.006.101,92	39,50%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)	1.760.230.899,31		1.951.686.724,19	

A Resolução CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002 estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Sendo que, todos os ativos do plano PPF estão classificados na categoria de “títulos para negociação”.

Quanto aos fundos de investimentos (Renda Fixa, Ações e Multimercados), estes representam 59,84% do total dos valores investidos. Referidos fundos são geridos por instituições financeiras terceirizadas, conforme demonstrado a seguir:

NOME DE FUNDO	GESTOR	R\$	% RG
BB PRIME 18 FIRF	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A	257.286.484,50	13,18%
VIENA INSTITUCIONAL FIRF	VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	125.426.400,85	6,43%
FLORENÇA INSTITUCIONAL GEAP FI RENDA FIXA	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	113.181.676,33	5,80%
MELLON ARX MODENA INSTITUCIONAL GEAP FIA	BNY MELLON ARX INVESTIMENTOS	106.653.943,74	5,46%
ITAU GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES - FI GÊNVOA	ITAU UNIBANCO S.A	98.248.857,75	5,03%
GERAÇÃO FUTURO FI AÇÕES GEAP	GERAÇÃO FUTURO - GESTÃO DE RECURSOS S.A	93.904.609,80	4,81%
VALENÇA INSTITUCIONAL FIRF	HSBC GESTÃO DE RECURSOS LTDA	77.560.027,68	3,97%
VENEZA INSTITUCIONAL GEAP FI AÇÕES	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT BRASIL LTDA	69.410.646,97	3,56%
TOSCANA INSTITUCIONAL FIRF	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	61.330.428,26	3,14%
MALIBU INSTITUCIONAL FIRF	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM S.A.	51.500.172,20	2,64%
PRIMAZIA FIRF CREDITO PRIVADO	VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S.A	44.271.740,42	2,27%
VITÓRIA FI AÇÕES	ORBE INVEST. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	43.821.811,33	2,25%
RIO BRAVO ENERGIA I FIP	RIO BRAVO INVESTIMENTO LTDA.	15.554.892,24	0,80%
MÁXIMA SAFIRA FIRF CREDITO PRIVADO	MÁXIMA ASSET MANAGEMENT S.A	8.030.896,56	0,41%
SDA ABSOLUTO 30 FIQ de FIM	SDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	5.594.392,45	0,29%
P2 BRASIL INFRAESTRUTURA FIQ de FIP	P2 GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	3.455.362,83	0,18%
PATRIA SPECIAL OPPORTUNITIES	PATRIA INVESTIMENTOS LTDA.	3.441.360,44	0,18%
ECO MULTI COMMODITIES FIDC FINANCEIROS AGROPECUARIOS	ECOAGRO - EMPRESA DE CONSULTORIA DE OPERAÇÕES DE AGRONEGÓCIOS LTDA	2.533.697,62	0,13%
FIP KINEA PRIVATE EQUITY II	KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	1.897.789,13	0,10%
UNION NATIONAL FIDC	ROOT CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS	692.142,35	0,04%
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I FIDC	VINCI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.	537.960,64	0,03%
Total com Gestão Terceirizada		1.184.335.294,09	60,68%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)		1.951.686.724,19	

Atualmente a GEAP possui fundos exclusivos com administração única do Bradesco, que é a instituição financeira responsável para executar os serviços de Custódia da Entidade, a Controladoria e Administração dos Fundos Exclusivos.

Apresentamos, a seguir, de acordo com o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, os principais custos dos fundos de investimentos em 2012.

Especificação	R\$
Taxa de Administração/Gestão/Controladoria/Custódia	6.469.659,28
Auditoria/Selic/Cetip/ANBID/TX_BVSP/Honorários/Outros	2.872.982,22
Corretagens/Performance	332.313,71
Taxa CVM	218.813,50
Cartório/Emolumentos	20.359,30
	9.914.128,00

No quadro a seguir listamos as despesas administrativas.

	PPF
Pessoal e encargos	6.754.759,70
Treinamento/congressos e seminários	95.880,05
Viagens e estadias	186.637,34
Serviços de Terceiros	1.888.199,50
Despesas gerais	2.135.742,31
Depreciações e amortizações	26.327,49
Outras despesas	-
TOTAL	11.087.546,39

Fonte: Gerência de Contabilidade.

O PPF está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimentos do Plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN 3.792, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

Com relação aos limites de diversificação fixados na Resolução 3.792 o plano está enquadrado nas alocações em Debêntures, Renda Variável, Instituição não Financeira e Fundos de Investimentos. No FIDC há desenquadramento passivo em relação ao % do Patrimônio do Fundo do Eco Multi Commodities e em Instituições Financeiras em relação ao % de alocação no Banco Máxima.

A GEAP administra, também, o Plano GEAPrev que em 2012 aplicou seus recursos nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados tendo obtido a rentabilidade de 15,41%.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2013 – PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO
(Resumo – em atendimento à Resolução CGPC nº 23 de 06 de dezembro de 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - Responsável Junto a PREVIC			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Francisco Jorgivan Machado Leitão	458.003.751-00	Diretor de Previdência

Objetivos da Gestão: O objetivo da GEAP é administrar os recursos do Plano PPF de forma eficiente e econômica, através da assunção dos níveis de riscos admitidos em prol da rentabilidade que atenda no mínimo a evolução de seu passivo previdencial. Para a consecução de seu objetivo, a GEAP utilizará filosofia de investimentos para cada segmento em que atua e que reflita máxima eficiência alocativa, de tal sorte que produza rentabilização com solidez e liquidez adequada para o cumprimento de suas obrigações, traduzidas pelo fluxo líquido previdenciário.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2013 a 12/2013	INPC	4,00% aa

Cenário Macroeconômico						
Indicador	Especificação	2012	2013	2014	2015	2016
Selic nominal	Taxa de juros básica	7,25%	8,00%	9,00%	8,75%	8,50%
Ibovespa	Bolsa de Valores	12,08%	12,86%	13,91%	13,64%	13,38%
Multimercado	Fundos de Investimentos	10,15%	11,20%	12,60%	12,25%	11,90%
Inflação INPC	IBGE	5,79%	5,31%	5,20%	5,00%	5,00%

Cenário elaborado pela empresa de consultoria Risk Office

Na tentativa de obter independência na construção de variáveis macroeconômicas, vitais para a definição da estratégia de investimentos, a GEAP contratou os serviços da Risk Office, empresa que presta serviços de consultoria especializada para o mercado financeiro e para Fundos de Pensão.

Índice de Referência / Meta		
Segmento	Índice de Referência	Meta
Renda Fixa Gestão de Terceiros Carteira Própria	CDI INPC + 4% ao ano, CDI	INPC + 4% ao ano
Renda Variável Gestão de Terceiros	Ibovespa, IGC, IBX, INPC + 4% ao ano	INPC + 4% ao ano
Investimentos Estruturados		INPC + 4% ao ano
Investimentos no Exterior		INPC + 4% ao ano
Imóveis		INPC + 4% ao ano
Operações com Participantes		INPC + 4% ao ano

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	39,00%	100,00%	61,00%
Renda Variável	0,00%	30,00%	21,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	15,00%	12,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	1,00%	1,00%
Imóveis	0,00%	5,00%	0,00%
Operações com Participantes	0,00%	10,00%	5,00%

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00%	100,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00%	20,00%
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00%	10,00%
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00%	10,00%
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00%	10,00%
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00%	10,00%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00%	10,00%
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	10,00%

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00%	25,00%
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00%	25,00%
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00%	25,00%
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00%	25,00%
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	25,00%
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	25,00%
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00%	25,00%
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00%	25,00%

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00%	25,00%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00%	25,00%
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00%	25,00%

Controle de Risco

Risco de Mercado – Utiliza-se como indicador principal de risco de mercado a metodologia de Value at Risk – VaR com os tratamentos e ajustes inerentes ao desenvolvimento da modelagem matemática, os quais presumem-se minorar as fragilidades mercadológicas do conceito, traduzindo-se a preservação de capital em medida ex-ante de avaliação. São definidos os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, horizonte de tempo de 21 dias úteis.

Risco de Crédito – Qualquer aplicação, no referido segmento, deverá ser avaliada de acordo com o que estabelece a normatização interna quanto aos processos de investimentos mobiliários da GEAP visando minimizar este tipo de risco. Seguindo referidos critérios o plano PPF poderá assumir risco de crédito tanto na carteira própria quanto na carteira terceirizada, tendo por base classificação efetuada por agência de risco.

Risco de Liquidez – Diante de um conceito maior, o risco de liquidez da GEAP é avaliado no momento do estudo de seu ALM, ou seja, a Fundação norteia a aplicação de seus recursos pela indicação, mas não somente, de necessidades de atendimento de seu fluxo de caixa previdenciário, o qual sinaliza a liquidez do *portfólio* para o pleno atendimento das obrigações.

Risco Legal – Este risco está relacionado, por exemplo, com o questionamento jurídico na execução dos contratos, os quais são submetidos à apreciação de seu departamento jurídico.

Risco Operacional – Caberá à área especificada em normativo verificar se os procedimentos realizados para a gestão dos investimentos tanto da carteira própria, quanto da carteira terceirizada, estão de acordo com os preceitos recomendáveis e atendem ao padrão necessário à segurança da GEAP, em especial no que se refere às operações efetivadas no mercado financeiro.

Risco Sistêmico – Pode ser definido como a probabilidade de ocorrer perdas acumuladas devido a um evento que dá início a uma série de prejuízos sucessivos ao longo de uma cadeia de instituições ou mercados, que compõem um sistema. Especificamente no caso da GEAP será efetuado o acompanhamento dos aspectos correlatos ao mercado financeiro e, em particular, da atuação do Banco Central do Brasil no que se refere às instituições financeiras.

Controle pela Divergência Não Planejada – DNP – O cálculo da Divergência Não Planejada - DNP definida pela diferença entre a rentabilidade verificada e a taxa mínima atuarial (INPC + 4% ao ano) é apurada de acordo com a legislação vigente e com os parâmetros estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>		<u>Notas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>ATIVO</u>				<u>PASSIVO</u>			
<u>DISPONÍVEL</u>		<u>13</u>	<u>26</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>		<u>8.209</u>	<u>7.507</u>
				Gestão Previdencial	6.1	7.316	6.591
<u>REALIZÁVEL</u>		<u>2.023.495</u>	<u>1.822.958</u>	Gestão Administrativa	6.2	893	916
Gestão Previdencial	4.1	10.812	10.085	Investimentos		-	-
Gestão Administrativa	4.2	1.060	852				
Investimentos	4.3	<u>2.011.623</u>	<u>1.812.021</u>	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	7	<u>41.443</u>	<u>39.990</u>
Títulos Públicos		586.592	433.485	Gestão Previdencial		7.993	6.659
Créditos Privados e Depósitos		192.110	283.509	Investimentos		33.450	33.331
Ações		417.355	320.278				
Fundos de Investimentos		785.770	745.071	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>		<u>1.975.827</u>	<u>1.776.630</u>
Depósitos Judiciais		29.795	29.678	Patrimônio de Cobertura do Plano		<u>1.906.590</u>	<u>1.714.100</u>
				Provisões Matemáticas	8.1	<u>1.308.556</u>	<u>1.320.972</u>
<u>PERMANENTE</u>	5	<u>1.971</u>	<u>1.143</u>	Benefícios a Conceder		1.308.556	1.320.972
Imobilizado		1.971	1.143	Equilíbrio Técnico	8.2	<u>598.034</u>	<u>393.128</u>
				Superávit Técnico Acumulado		598.034	393.128
				Fundos	8.3	<u>69.237</u>	<u>62.530</u>
				Fundos Previdenciais		62.948	59.166
				Fundos Administrativos		6.289	3.364
<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>	10	510.974	518.888	<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>	10	510.974	518.888
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.536.453</u></u>	<u><u>2.343.015</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO SOCIAL		<u><u>2.536.453</u></u>	<u><u>2.343.015</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES
Diretor Executivo
CPF: 067.443.975-91

VANILDA APARECIDA ALVES
Diretora de Finanças
CPF: 210.849.631-91

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	<u>Notas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Variação %</u>
A) Patrimônio Social - início do exercício		1.806.525	1.767.393	2
1. Adições		<u>2.022.781</u>	<u>1.765.365</u>	<u>15</u>
Contribuições Previdenciais		78.566	71.941	9
Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial		239.160	195.511	22
Receitas Administrativas	9.1	174.963	170.483	3
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa		234	220	6
Receitas Assistenciais		1.529.858	1.327.210	15
2. Destinações		<u>(1.910.282)</u>	<u>(1.726.233)</u>	<u>11</u>
Benefícios		(103.754)	(91.091)	14
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial		(15.172)	(30.164)	(50)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial		(2.528)	(456)	454
Despesas Administrativas	9.2	(172.272)	(170.298)	1
Despesas Assistenciais		(1.616.556)	(1.434.224)	13
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		<u>112.499</u>	<u>39.132</u>	<u>187</u>
Provisões Matemáticas	8.1	(12.416)	76.529	(116)
Fundos Previdenciais		3.782	3.195	18
Superávit Técnico do Exercício		204.906	66.017	210
Fundos Administrativos	8.3	2.925	405	622
Gestão Assistencial		(86.698)	(107.014)	(19)
B) - Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)		<u>1.919.024</u> (*)	<u>1.806.525</u> (*)	<u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) A diferença do Patrimônio Social no montante de -R\$56.804 (2012) e R\$29.894 (2011) estão registradas nas demonstrações contábeis do Plano Assistencial.

JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES
 Diretor Executivo
 CPF: 067.443.975-91

VANILDA APARECIDA ALVES
 Diretora de Finanças
 CPF: 210.849.631-91

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
 Gerente de Contabilidade
 CPF: 296.139.901-78
 CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Variação %</u>
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.364	2.959	14
1. Custeio da Gestão Administrativa	<u>175.197</u>	<u>170.703</u>	<u>3</u>
1.1 Receitas	<u>175.197</u>	<u>170.703</u>	<u>3</u>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.134	3.784	9
Custeio Administrativo dos Investimentos	9.066	6.776	34
Receitas Diretas	852	-	100
Resultado Positivo dos Investimentos	234	220	6
Reembolso da Gestão Assistencial	160.911	159.923	1
2. Despesas Administrativas	<u>172.272</u>	<u>170.298</u>	<u>1</u>
2.1 Administração Previdencial	<u>10.371</u>	<u>9.211</u>	<u>13</u>
Pessoal e encargos	6.206	5.171	20
Treinamentos/congressos e seminários	97	61	59
Viagens e estadias	191	159	20
Serviços de terceiros	1.711	1.833	(7)
Despesas gerais	2.139	1.957	9
Depreciações e amortizações	27	30	(10)
2.2 Administração dos Investimentos	<u>990</u>	<u>1.164</u>	<u>(15)</u>
Pessoal e encargos	716	957	(25)
Treinamentos/congressos e seminários	1	1	
Serviços de terceiros	223	158	41
Despesas gerais	50	48	4
2.3 Administração Assistencial	160.911	159.923	1
4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2)	<u>2.925</u>	<u>405</u>	<u>622</u>
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	<u>2.925</u>	<u>405</u>	<u>622</u>
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	<u>6.289</u>	<u>3.364</u>	<u>87</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES
Diretor Executivo
CPF: 067.443.975-91

VANILDA APARECIDA ALVES
Diretora de Finanças
CPF: 210.849.631-91

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
1. Ativos	2.002.208	1.807.008
Disponível	0	22
Recebível	17.072	13.445
Investimento	<u>1.985.136</u>	<u>1.793.541</u>
Títulos Públicos	584.687	432.387
Créditos Privados e Depósitos	186.319	278.201
Ações	412.040	317.537
Fundos de Investimento	772.295	735.738
Depósitos Judiciais/Recurais	29.795	29.678
2. Obrigações	<u>48.738</u>	<u>46.581</u>
Operacional	7.296	6.591
Contingencial	41.442	39.990
3. Fundos não Previdenciais	<u>6.289</u>	<u>3.364</u>
Fundos Administrativos	6.289	3.364
5. Ativo Líquido (1-2-3)	<u>1.947.181</u>	<u>1.757.063</u>
Provisões Matemáticas	1.287.280	1.305.545
Superávit Técnico	598.034	393.128
Fundos Previdenciais	61.867	58.390

JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES
Diretor Executivo
CPF: 067.443.975-91

VANILDA APARECIDA ALVES
Diretora de Finanças
CPF: 210.849.631-91

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Variação %</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.757.062	1.614.924	9
1. Adições	<u>313.582</u>	<u>266.035</u>	<u>18</u>
Contribuições	77.241	71.958	7
Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	236.341	194.077	22
2. Destinações	<u>(123.464)</u>	<u>(123.897)</u>	<u>0</u>
Benefícios	(102.041)	(89.743)	14
Resultado Negativo dos investimentos - Gestão Previdencial	(15.034)	(30.103)	(50)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.528)	(456)	454
Custeio Administrativo	(3.860)	(3.595)	7
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>190.118</u>	<u>142.138</u>	<u>34</u>
Provisões Matemáticas	(18.265)	73.209	(125)
Fundos Previdenciais	3.477	2.912	19
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	204.906	66.017	210
B) Ativo Líquido - final do exercício - final do exercício (A+3)	<u><u>1.947.180</u></u>	<u><u>1.757.062</u></u>	<u><u>11</u></u>
C) Fundos não previdenciais	<u>6.289</u>	<u>3.364</u>	<u>87</u>
Fundos Administrativos	6.289	3.364	87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES
Diretor Executivo
CPF: 067.443.975-91

VANILDA APARECIDA ALVES
Diretora de Finanças
CPF: 210.849.631-91

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Variação %</u>
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	<u>1.885.313</u>	<u>1.698.673</u>	<u>11</u>
1. Provisões Matemáticas	<u>1.287.279</u>	<u>1.305.545</u>	<u>(1)</u>
1.2 Benefícios a Conceder	<u>1.287.279</u>	<u>1.305.545</u>	<u>(1)</u>
Benefício Definido	1.287.279	1.305.545	(1)
2. Equilíbrio Técnico	<u>598.034</u>	<u>393.128</u>	<u>52</u>
2.1 Resultados Realizados	<u>598.034</u>	<u>393.128</u>	<u>52</u>
Superávit técnico acumulado	<u>598.034</u>	<u>393.128</u>	<u>52</u>
Reserva de contingência	321.820	326.386	(1)
Reserva para revisão de plano	276.214	66.742	314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES
 Diretor Executivo
 CPF: 067.443.975-91

VANILDA APARECIDA ALVES
 Diretora de Finanças
 CPF: 210.849.631-91

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
 Gerente de Contabilidade
 CPF: 296.139.901-78
 CRC: 10.279/DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GEAP - Fundação de Seguridade Social (doravante referida como “GEAP”, “Fundação”, “Entidade” ou “Operadora”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, amparada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Aplica seus recursos financeiros integralmente no país, não distribuindo dividendos ou participações, sendo seu resultado revertido em reservas para cobertura do seu plano de benefício aos servidores e/ou empregados das patrocinadoras, assim como a seus beneficiários, com a finalidade de promover o bem-estar social dos participantes e beneficiários mediante a prestação ou administração de serviços assistenciais.

A Fundação tem como objetivo a criação, administração e execução de planos solidários de benefícios de natureza previdenciária complementar, assemelhados aos da previdência social oficial, na forma de benefício definido, bem como manutenção, administração e execução de planos solidários de saúde suplementar, baseado na forma da lei. Os recursos necessários para consecução desses objetivos são obtidos por meio de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, além dos rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimento.

A GEAP tem convênio com 86 patrocinadoras (88 em 2011), sendo elas:

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASA/MINAS;
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
- Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV;
- Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;
- Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG;
- Fundação Cultural Palmares - FCP;
- Fundação Nacional das Artes - FUNARTE;
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- Fundação Universidade de Brasília - FUB;
- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT;
- Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ;
- Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF;

- Fundação Universidade do Amazonas - FUA;
- Fundação Universidade do Tocantins - UFT;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- GEAP - Fundação de Seguridade Social;
- Imprensa Nacional - IN;
- Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis - IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás- IFGO;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso- IFMT;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Codó no Maranhão - IFMA/CODO;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus São Gabriel da Cachoeira;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IFGOIANO;
- Instituto Federal de Roraima - IFRR;
- Instituto Federal do Paraná - IFPR;
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - IMMETRO;
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI;
- Ministério da Educação - MEC;
- Ministério da Fazenda - MF;
- Ministério da Justiça - MJ;
- Ministério da Previdência Social - MPS;
- Ministério da Saúde - MS;
- Ministério das Cidades - MCIDADES;
- Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- Ministério de Minas e Energia - MME;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC;
- Ministério do Esporte - ME;

- Ministério do Planejamento - MP;
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Ministério do Turismo - MTUR;
- Ministério dos Transportes - MT;
- Presidência da República - PR;
- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA;
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;
- Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Santa Catarina - TRT/SC;
- Universidade Estadual de Roraima - UERR;
- Universidade Federal da Bahia - UFBA;
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB;
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL;
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
- Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA;
- Universidade Federal de Goiás - UFG;
- Universidade Federal de Lavras - UFLA;
- Universidade Federal de Pelotas – UFPEL;
- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE;
- Universidade Federal de Roraima - UFRR;
- Universidade Federal de Sergipe - UFS;
- Universidade Federal de Santa Maria - UFSM;
- Universidade Federal do Acre - UFAC;
- Universidade Federal do Amapá - UNIFAP;
- Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;
- Universidade Federal do Ceará - UFC;
- Universidade Federal do Espírito Santo - UFES;
- Universidade Federal do Maranhão - UFMA;
- Universidade Federal do Pará - UFPA;
- Universidade Federal do Paraná - UFPR;
- Universidade Federal do Piauí - UFPI;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
- Universidade Federal Fluminense - UFF;
- Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; e
- Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA.

Atualmente, a Fundação também atua na gestão de Plano de Assistência e Saúde, sendo parte em processo judicial que questiona a adesão das patrocinadoras acima mencionadas ao Plano de Assistência e Saúde – PAS, com exceção das fundadoras DATAPREV, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Ministério do Trabalho e Emprego.

O Plano de Assistência e Saúde apresentou déficit nos últimos exercícios (ver nota explicativa nº10.5), e desta forma a Diretoria Executiva, visando o equilíbrio entre as receitas e despesas, elaborou diversos estudos técnicos atuariais sobre o custeio dos planos de saúde com intuito de propor ao Conselho Deliberativo a alteração do cálculo das contribuições que, até 2011, teve como base a cobrança de valor único por plano - independente de faixa etária e remuneração.

O Conselho Deliberativo aprovou o novo modelo de custeio para os titulares e dependentes dos planos assistenciais, conforme RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL Nº 616, de 29 de março de 2012. Nos planos GEAP referencial, essencial e clássico, as contribuições são calculadas conjugando faixa etária e faixa salarial. No plano GEAP Saúde, as contribuições serão calculadas com base em percentual fixo observando o valor de piso e teto, individual e familiar.

Tendo em vista esta nova realidade, está em curso o planejamento estratégico da GEAP para 2012 a 2015 que objetiva, dentre outros aspectos, a adequação e reestruturação da metodologia dos planos de saúde, bem como de toda a estrutura de suporte e aperfeiçoamento dos processos da Fundação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar CGPC (atualmente PREVIC) do Ministério da Previdência Social-MPS através CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

Os registros contábeis dos planos de benefícios assistenciais estão de acordo com os planos de contas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme Instrução Normativa- RN IN Nº 46, de 25 de fevereiro de 2011, revogada pela Resolução Normativa RN Nº 290, de 27 de Fevereiro de 2012.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras:

3.1. Investimentos

Os títulos para negociação estão registrados pelo valor de mercado, de acordo com o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

Ativos de Renda Fixa: compreende as operações com rendas definidas, podendo ser pré ou pós-fixadas e são registradas na ocasião da aplicação pelos valores efetivamente pagos acrescidos dos rendimentos auferidos “pró-rata temporis”, em função dos dias decorridos até a data do balanço, ajustado se for o caso, a valor de mercado. Os ágios e deságios ocorridos nas aquisições de títulos foram corrigidos e amortizados mensalmente e apropriados “pró-rata temporis” às despesas ou receitas pelo prazo que decorre da data de aquisição até o vencimento do título.

Fundos de investimentos: são contabilizados pelos valores desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador.

Investimentos Imobiliários: são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear à taxa de aproximadamente 2% ao ano e, quando aplicável, ajustados de acordo com as reavaliações realizadas.

Imposto de Renda na Fonte: a Lei de nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Privada da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

3.2. Permanente - Imobilizado

O imóvel está registrado ao valor justo, sendo sua reavaliação efetuada pelo menos a cada três anos, conforme Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Os demais imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em conta o prazo de vida útil dos bens.

3.3. Exigível Operacional

Na Gestão Previdencial representam valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos Participantes e na Gestão Administrativa, pagamentos com Pessoal e Encargos, Fornecedores e Obrigações Fiscais.

3.4. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas referem-se ao resultado dos cálculos atuariais, efetuados por atuário interno, habilitado e contratado pela Fundação, do custo de benefícios a serem pagos pelos participantes, deduzido das contribuições futuras.

A conta de Benefícios a conceder registra o valor atual dos compromissos futuros da Fundação em relação aos seus atuais participantes ativos.

3.5. Transferências

As transferências são efetuadas nas contas de resultado de cada Gestão e os critérios utilizados para a movimentação do resultado das aplicações e cobertura dos gastos administrativos estão em conformidade com a legislação pertinente.

Gestão Previdencial: é creditada e/ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e debitada pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA para cobertura das despesas administrativas.

Gestão Administrativa: é creditada e /ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e creditada pelo recebimento de recursos da Gestão Previdencial e Assistencial para cobertura das despesas administrativas.

Investimentos: é debitado e/ou creditado pelas transferências de recursos entre o fluxo de investimentos e as gestões previdencial e administrativas decorrentes de resultados positivo ou negativos dos investimentos e debitado pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA para cobertura das despesas administrativas.

3.6. Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. A Demonstração da Mutações do Ativo Líquido apresenta a composição do resultado com adições (receitas), destinações (despesas), e os acréscimos e decréscimos representados pela constituição das provisões de custeio para Patrocinadoras e Participantes, formando fundos exclusivos para cada modalidade de plano de saúde.

3.7. Reclassificação

Em 31 de outubro de 2011 a PREVIC, por meio da Resolução CNPC nº. 08, definiu modificações na estrutura de apresentação das demonstrações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, em que foi extinta a Demonstração das Mutações do Ativo Líquido Consolidada e criada a Demonstração do Patrimônio Social – DMPS.

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão previdencial

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contribuições normais - Participantes (a)	6.260	6.457
Contribuições em atraso (b)	<u>274</u>	<u>2.776</u>
Ministério da Saúde	3.266	1.981
INSS	683	562
Outras patrocinadoras	424	233
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa ©	(4.099)	(1.892)
Outros Realizáveis	19	-
Depósito Judicial	4.259	2.744
Outros Realizáveis		
Total	<u>10.812</u>	<u>10.085</u>

- (a) Refere-se a contribuições exclusivamente dos participantes que são servidores ou empregados das patrocinadoras que aderiram ao plano de pecúlio facultativo. A característica deste plano é de benefício definido e a contribuição varia de acordo com o salário, faixa etária e o multiplicador escolhido.
- (b) Em conformidade com a Instrução MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Administração da GEAP, decidiu pela baixa de encargos incidentes sobre contribuições repassadas em atraso por 08 (oito) patrocinadoras, no período de 1991 até 2005, no montante de R\$ 25.182 correspondentes a valores questionados judicialmente. Estes valores estavam integralmente provisionado, sendo sua provisão também baixada no período.
- (c) A administração da Fundação vem provisionando as contribuições em atraso de acordo com os critérios definidos na Instrução MPS nº 34, de setembro de 2009, resumidos a seguir:
- Atraso entre 61 e 120 dias, 25% dos créditos vencidos são provisionados;
 - Atraso entre 121 e 240 dias, 50% dos créditos vencidos são provisionados;
 - Atraso entre 241 e 360 dias, 75% dos créditos vencidos são provisionados; e
 - Atraso superior a 360 dias, 100% dos créditos vencidos são provisionados.

4.2. Gestão administrativa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contribuições para Custeio (a)	321	326
Outros Recursos a Receber (b)	738	526
Outros Realizáveis	<u>1</u>	<u>0</u>
Total	<u>1.060</u>	<u>852</u>

(a) São valores a receber referente ao custeio do Plano de Pecúlio Facultativo;

(b) Nesta conta, está registrado o valor de custeio dos investimentos do Plano de Pecúlio Facultativo.

4.3. Investimentos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Renda Fixa	<u>1.530.766</u>	<u>1.370.681</u>
Títulos públicos (carteira própria)	<u>586.592</u>	<u>433.485</u>
Notas do Tesouro Nacional	586.592	433.485
Créditos Privados e Depósitos	<u>192.110</u>	<u>283.509</u>
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	192.110	178.765
Debêntures Não Conversíveis	-	27.184
Cédula Creditória Bancária - CCB	-	77.560
Fundos de investimento	<u>752.064</u>	<u>653.687</u>
Fundos de renda fixa	752.064	653.687
Renda Variável	<u>417.355</u>	<u>320.278</u>
Fundos de Ações (a)	417.355	320.278
Estruturado	<u>33.707</u>	<u>91.384</u>
Fundos Multimercado	5.594	86.060
Fundos Direitos Creditórios - FIDC (b)	3.764	5.324
Depósito Judicial – CDB (c)	<u>29.795</u>	<u>29.678</u>
Total	<u>2.011.623</u>	<u>1.812.021</u>

(a) O segmento de renda variável é composto por fundos de investimentos em ações, administrados pelo Banco Bradesco S.A.. Os fundos são compostos basicamente por ações que compõem o índice IBOVESPA.

(b) O detalhamento das aplicações da GEAP em Fundos de Direitos Creditórios – FIDCs é apresentada a seguir:

	2012	2011
Fundos Direitos Creditórios – Fundo Pecúlio	<u>3.764</u>	<u>5.318</u>
Eco Multi Commodities	2.534	4.628
Union National FIDC Financeiro e Mercantis.	692	690
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	538	-
Fundos Direitos Creditórios – Fundo GEAPrev	<u>6</u>	<u>6</u>
Union National FIDC Financeiro e Mercantis.	6	6

- (a) Em 2007, a Fundação aplicou R\$ 66.545 no fundo Eco Multi Commodities, em quotas sênior cuja classificação efetuada pela agência de riscos Fitch Ratings atribuiu nota A (bra), considerado um investimento de baixo risco de crédito. A classificação emitida pela Standard & Poor's, em setembro de 2010 e mantida no relatório de monitoramento emitido em abril de 2011, atribuiu nota BB(bra), que indica ser um investimento de risco moderado. Em 2011, a GEAP recebeu a título de amortização no montante de R\$ 50.619 (sendo que neste exercício o valor recebido foi de R\$ 23.353), sendo este valor majoritariamente vinculados a créditos para perdas. O saldo contábil da carteira é de R\$ 2.534 em 2012 (R\$ 4.628 em 2011).
- (b) Em 2008, a Entidade aplicou R\$ 50.000 no fundo Union National FIDC Financeiro e Mercantis, uma vez que o mesmo havia sido classificado, na ocasião, como investimento de baixo risco de crédito de acordo com relatório de risco emitido pela agência de risco, a AUSTIN Ratings, que atribuiu nota AA, a 2ª maior nota na escala desta agência. Entretanto, apesar da amortização parcial no valor de R\$ 4.929 em 2009, o acentuado provisionamento dos créditos, notadamente no referido ano e em 2010, acima de 90% da carteira, ocasionou rebaixamentos de classificação. O saldo contábil R\$692 em 2012 (R\$ 690 em 2011).
- (c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.7, em atenção à Instrução MPS/PREVIC Nº 05, de 08 de setembro de 2011, os valores referentes ao Exigível Contingencial e os seus respectivos depósitos judiciais passaram a ser apresentados separadamente, no ativo e no passivo. Assim sendo, foi realizada reclassificação do Exigível Contingencial para conta de depósito judicial no ativo, na linha de Investimentos.

A explicação acerca dos saldos de depósitos judiciais, bem como das causas e processos que originaram os mesmos, se encontra na nota explicativa nº 7 – Exigível Contingencial.

Classificação da Carteira

De acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos podem ser classificados nas categorias “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Considerando as projeções do cenário econômico para os próximos anos, que indicam taxas de juros decrescentes, a Diretoria Executiva optou no ano de 2011 pela reclassificação integral dos títulos que estavam na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” para a categoria de “Títulos para negociação”. A relação dos títulos está apresentada nas notas a seguir, relativas ao plano pecúlio facultativo e plano GEAPPREV.

O parâmetro utilizado na determinação do valor de mercado dos títulos públicos contabilizados na categoria “Títulos para Negociação” é o PU - Preço Unitário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para os títulos privados os parâmetros utilizados seguem a metodologia de precificação de ativos constante no manual do custodiante.

Assim sendo todos os Títulos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 da GEAP estão classificados “Títulos para negociação”, estando, por consequência, marcados a preço de mercado.

A composição dos investimentos, por plano de benefícios e prazos de vencimentos, está indicada a seguir:

a) Plano de Pecúlio Facultativo

No Plano de Pecúlio Facultativo os recursos no segmento de renda fixa, estão alocados preponderantemente em títulos públicos e títulos privados através da carteira própria e de fundos exclusivos. A carteira consolidada está demonstrada no quadro a seguir:

Títulos para negociação (Carteira de fundos exclusivos – consolidada):

Os títulos para negociação possui o valor contábil correspondente ao seu valor justo (valor de mercado).

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
NTN-B	2012	-	13.882
NTN-B	2013	-	10.515
NTN-B	2014	1.083	1.283
NTN-B	2015	-	23.645
NTN-B	2016	5.014	17.409
NTN-B	2018	12.191	-
NTN-B	2020	958	2

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
NTN-B	2022	1.726	-
LFT	2012	-	35.814
LFT	2013	52.247	52.116
LFT	2014	30.910	35.663
LFT	2015	57.295	63.249
LFT	2016	-	1.958
LFT	2017	-	18.537
LTN	2012	-	33.838
LTN	2013	27.444	31.755
LTN	2014	79.030	7.808
LTN	2015	38.676	28.356
LTN	2016	24.432	-
Debêntures	2014	2.289	871
Debêntures	2015	1.369	-
Debêntures	2016	4.070	-
Debêntures	2017	9.895	-
Debêntures	2018	2.021	-
DPGE	2015	3.866	-
LFT-O	2012	-	9.021
LFT-O	2013	112.664	-
LTN-O	2012	-	61.178
LTN-O	2013	65.243	76.055
NTN-O	2013	77.881	-
NTN-F	2013	-	1.288
NTN-F	2014	9.056	-
NTN-F	2021	341	-
CCB	2013	6.842	15.994
CCB	2014	22.145	32.412
CCCB	2015	32.898	82.810
CCI	2015	16.393	-
CDB	2012	-	19.479
CDB	2013	15.190	10.773
CDB	2014	4.076	-
LFS	2017	4.104	-
LFS	2018	18.605	4.131
LF	2013	2.728	2.390
LF	2014	18.385	-
LF	2015	603	-
Provisão Fundo Primazia (*)		(38.452)	-
Cotas de Fundos RF	2015	5.699	-
FIDC - Cotas sênior		3.764	5.318
Fundos de renda variável		412.040	317.537
Fundos estruturados		29.944	38.471
Saldos a pagar /a receber		<u>9.670</u>	<u>(282)</u>
Total		<u>1.184.335</u>	<u>1.053.276</u>

Títulos para negociação – (Carteira própria):

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
NTN-B	2015	134.611	119.548
NTN-B	2020	40.484	33.258
NTN-B	2022	55.344	-
NTN-B	2024	139.674	112.757

NTN-B	2035	102.106	78.855
NTN-C	2021	33.631	26.763
NTN-C	2031	78.837	61.205
DPGE	2013	103.851	106.259
DPGE	2015	82.469	67.198
Debêntures	2014	-	27.185
CCB	2013	-	29.056
CCB	2015	<u>34.076</u>	<u>48.503</u>
Provisão CCB Bolero (**)	2015	<u>(34.076)</u>	<u>-</u>
Total		<u>771.006</u>	<u>710.587</u>

Provisões

A Provisão para Devedores Duvidosos - PDD é aplicada quando algum ativo de crédito privado deixa de cumprir com suas obrigações (pagamento de parcelas).

O cálculo da provisão é realizado por meio de percentual (%) aplicado sobre o saldo devedor, que é formado pelo patrimônio do ativo em 31 de dezembro de 2012, mais as parcelas em atraso. O impacto dessas provisões na Carteira Própria e no fundo exclusivo Primazia Crédito Privado será demonstrado a seguir.

(*) Fundo de Investimento Primazia

Em virtude de inadimplemento no pagamento das Parcelas e solicitação de vencimento antecipado por parte da Fundação das operações (CCBs Prol Editora Gráfica; CCCB Dedini S/A Indústria de Base e CCI Atac Participação e Agropecuária Ltda) e também o inadimplemento no pagamento da Parcela do mês de outubro/12 da CCCB Toscana Negócios e Participações S/A, todas alocadas no Primazia FIRF Crédito Privado, a GEAP por medida de prudência e conservadorismo, efetuou-se no mês de dezembro/12 a Provisão para Devedores Duvidosos-PDD que totalizou R\$ 38.452.

(**) Carteira Própria

Em virtude da intervenção do BACEN - Banco Central do Brasil no Banco BVA S/A, a Administração por medida de prudência e conservadorismo, efetuou no mês de dezembro de 2012 a Provisão para Devedores Duvidosos - PDD, do ativo CCB BOLERO alocada na Carteira Própria de 100% do saldo devedor, ou seja, R\$ 17.038, sendo que em de outubro de 2012, já havia sido provisionado o valor de R\$ 17.038, totalizando no ano, o montante de R\$ 34.076 .

b) Plano GEAPrev

No Plano GEAPrev, os recursos no segmento de renda fixa, estão alocados em títulos públicos e títulos privados através da carteira própria e de fundos exclusivos. A composição da carteira está demonstrada nos quadros a seguir:

Títulos para negociação – (Carteira de fundos exclusivos – consolidada):

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
NTN-B	2016	-	161
NTN-B	2018	209	-
NTN-B	2022	83	-
LFT	2012	-	112
LFT	2013	245	805
LFT	2014	460	1.773
LFT	2015	448	455
LFT	2017	-	279
LTN	2012	-	901
LTN	2013	87	780
LTN	2014	924	26
LTN	2015	318	95
LTN	2016	251	-
Debêntures	2014	12	50
Debêntures	2017	261	-
Debêntures	2018	83	-
LTN-O	2012	0	625
LTN-O	2013	1.295	-
LFT-O	2013	383	-
NTN-O	2012	-	125
NTN-O	2013	2.146	-
NTN-F	2013	-	74
NTN-F	2021	16	-
CDB	2012	-	618
CDB	2013	136	-
NC	2012	-	137
LFS	2018	513	-
LF	2013	131	-
LF	2014	541	-
Cotas de Fundo RF		274	-
FIDC - Cotas sênior		6	6
Fundos de renda variável		5.315	2.741
Fundos estruturados		506	26
Saldos a pagar /a receber		(2)	(1)
Total		<u>14.641</u>	<u>9.788</u>

Títulos para negociação – (Carteira própria):

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
NTN-B	2014	1.217	1.098
NTN-B	2022	688	-
DPGE	2013	1.668	1.949
DPGE	2015	4.123	3.360
Total		<u>7.696</u>	<u>6.407</u>

c) PGA – Plano de Gestão Administrativa

No Plano de Gestão Administrativa os recursos, estão alocados em fundo exclusivo (BB Prime 18 FIRF), cuja carteira de títulos está demonstrada no quadro a seguir:

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
LFT	2012	-	217
LFT	2013	102	42
LFT	2015	189	428
LTN	2011	-	-
LTN	2012	-	300
LTN	2013	410	377
LTN	2014	742	83
LTN	2015	557	301
LTN	2016	333	-
LTN-O	2012	-	537
LTN-O	2013	1.817	-
Saldo a pagar/a receber		<u>(1)</u>	-
Total		<u>4.149</u>	<u>2.285</u>

5. PERMANENTE

	<u>2012</u>		<u>2011</u>		<u>Vida Útil</u>
	<u>Custo</u>	<u>Deprec/Amort Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	
Imóveis (a)	1.943	(5)	1.938	1.105	50 anos
Sistema de processamento de dados	32	(23)	9	12	10 anos
Móveis e utensílios	55	(32)	23	24	5 anos
Máquinas e equipamentos de uso	4	(3)	1	2	10 anos
Total	<u>1.292</u>	<u>(149)</u>	<u>1.971</u>	<u>1.143</u>	

(a) Refere-se a 7,02% do total do imóvel próprio da sede da GEAP localizada no Terraço Shopping Torre B 2º, 3º e 4º andares, no Octogonal Sul - Brasília/DF. O restante, 92,98% está classificado no permanente da gestão assistencial. Conforme Instrução MPS nº 34 de 24 de setembro de 2009, os imóveis devem ser reavaliados no mínimo uma vez a cada três anos. A última reavaliação do imóvel foi realizada em 08 de novembro de 2012, pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal, cujo efeito da reavaliação foi de R\$ 852.

Em 2012, a Fundação avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu não haver perdas por *impairment*. Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil

destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao “CPC 27 - Imobilizado” e ao “ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27 - Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimentos”.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. Previdencial

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 é conforme segue:

	2012	2011
Pecúlios a pagar - PPM	3.239	3.186
Pecúlios a pagar - AFA	522	877
Pecúlios a Proporcional em Vida - PPV	1.420	820
Pecúlio por Doença - PPA	0	46
Restituições	20	50
Outros	<u>2.115</u>	<u>1.612</u>
Total	<u>7.316</u>	<u>6.591</u>

6.2. Gestão administrativa

	2012	2011
Retenções a Recolher	3	0
Pessoal e Encargos	540	591
Serviços de Terceiros	<u>350</u>	<u>325</u>
Total	<u>893</u>	<u>916</u>

São registradas neste grupo de contas as despesas pagas pelo Fundo Assistencial, referentes às despesas administrativas previdências do PGA.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Neste grupo estão registrados os prováveis valores de desembolso de processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

	2012	2011
Investimentos (a)	33.450	33.331
Previdencial (b)	<u>7.993</u>	<u>6.659</u>
Total	<u>41.443</u>	<u>39.990</u>

(a) A Fundação possuía Certificado de Depósito Bancário - CDB no Banco BMD no montante de R\$ 3.653 em 1998. Com a decretação de liquidação extrajudicial do banco, o valor do título foi contabilizado como perda. A Fundação entrou na justiça contra o Fundo Garantidor de Créditos, para que o mesmo devolvesse o valor do título. Foi concedida liminar a favor da GEAP e os recursos foram depositados na conta corrente da Fundação em 17 de setembro de 2001. Os recursos, entretanto, foram bloqueados por outra liminar, pleiteando a devolução dos mesmos. Como o processo ainda não foi julgado em definitivo, a Fundação registrou em conta Exigível Contingencial do programa de investimentos o montante em disputa, até que haja decisão final quanto à lide.

Adicionalmente, a Fundação possuía aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB no Banco Crefisul S.A, no valor de R\$ 14.019. Todavia, em 23 de março de 1999, a referida instituição financeira entrou em regime de liquidação extrajudicial. Mediante autorização da justiça, o Fundo Garantidor de Créditos liberou os recursos mediante apresentação de caução junto à Caixa Econômica Federal, pelo mesmo montante.

A Fundação na época caucionou o montante do valor discutido judicialmente em títulos de Renda Fixa (TDA'S e LFT) com diversos vencimentos no futuro. Todos os títulos foram resgatados até o exercício de 2006 e os valores depositados em conta corrente judicial da Caixa Econômica Federal - CEF, sendo o valor atualizado pelo Índice de Poupança, que perfaz o total de R\$ 29.794 em 2012 e (R\$ 29.678 em 2011), contabilizado em Depósito Judicial. A Fundação vem atualizando o valor do depósito judicial e constituindo provisão para perdas de sua totalidade no passivo contingencial.

Abaixo demonstramos a composição dos litígios com prognóstico de perda possível, tendo a Fundação como ré, com exceção dos litígios relativos ao plano de assistência e saúde:

	2012	2012	2011
	<u>Valor</u> <u>reclamado</u>	Risco	Risco
Riscos cíveis	<u>8.002</u>	<u>10.091</u>	<u>11.317</u>
Total	<u>8.002</u>	<u>10.091</u>	<u>11.317</u>

A GEAP possui diversos processos cíveis, classificados pela consultoria jurídica com a chance de perdas possíveis, sendo que a maioria das ações ajuizadas contra a Fundação refere-se ao recebimento antecipado do benefício de 80% de Pecúlio por Morte.

8. EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial é estabelecido e registrado com base em cálculos atuariais. Para a apuração das provisões matemáticas, foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Plano de Pecúlio Facultativo:

	2012	2011
• <u>Hipóteses financeiras</u>		
Taxa real de juros	5%	5%
Projeção do crescimento real de salário:	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Salários	1	1
• <u>Hipóteses biométricas</u>		
Taxa de mortalidade geral	GKM1970	GKM1970

- Regime financeiro e métodos atuariais
- Regime de Capitalização (método agregado).

Plano GEAPREV:

	2012	2011
• <u>Hipóteses financeiras</u>		
Taxa real de juros	5%	5%
Projeção do crescimento real de salário:	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	1	1
• <u>Hipóteses biométricas</u>		
Taxa de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000

- Regime financeiro e métodos atuariais
- Regime de Capitalização Financeira

8.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas pelo atuário interno, habilitado e contratado pela Fundação. Os saldos são demonstrados conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Benefícios a conceder (a)		
Plano de Pecúlio Facultativo	<u>1.287.279</u>	<u>1.305.544</u>
Benefício Definido Estruturado em Regime Capitalização Programado	519.121	522.470
Benefício Definido Estruturado em Regime Capitalização Não Programado	768.158	783.074
Plano GEAPrev	<u>21.277</u>	<u>15.427</u>
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	7.689	5.063
Saldo de Contas - Parcela Participante	<u>13.588</u>	<u>10.364</u>
Total	<u>1.308.556</u>	<u>1.320.972</u>

(a) As provisões de benefícios a conceder referem-se aos valores atuarialmente calculados dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes que ainda não estão em gozo dos benefícios.

A movimentação da reserva matemática é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.320.972	1.244.443
Varição das Reservas Matemáticas	<u>(12.416)</u>	<u>76.529</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.308.556</u>	<u>1.320.972</u>

8.2. Equilíbrio Técnico

A movimentação do saldo do equilíbrio técnico acumulado apresenta-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Superávit técnico em 31 de dezembro de 2011	393.128	327.111
Resultado líquido do ano	<u>204.906</u>	<u>(66.017)</u>
Superávit técnico em 31 de dezembro de 2012	<u>598.034</u>	<u>393.128</u>

Conforme Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2011, Art. 20 determina que o superávit técnico do plano de benefícios no ano deve ser destinado à formação de reserva para contingência, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) das Provisões Matemáticas e o restante à

formação de Reserva Especial para Revisão de Plano. A composição do superávit técnico é conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reserva de contingência	321.820	326.386
Reserva para revisão de plano	<u>276.214</u>	<u>66.742</u>
Total	<u>598.034</u>	<u>393.128</u>

8.3. Fundos

Os fundos são constituídos a partir da ocorrência de resultado positivo entre as receitas e despesas, no caso do fundo do administrativo e assistencial, ou através de cálculos atuariais realizados por atuário interno, no caso dos fundos do programa previdencial e do programa de investimento.

Demonstramos a composição dos Fundos, conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fundo Previdencial	<u>62.948</u>	<u>59.166</u>
Pecúlio Facultativo (a)	61.868	58.390
GEAPrev (b)	1.080	776
Fundo Administrativo	<u>6.289</u>	<u>3.364</u>
Total	<u>69.237</u>	<u>62.530</u>

(a) O fundo previdencial para revisão de plano no montante de R\$ 61.868 em 2012 (R\$ 58.390 em 2011), foi constituído em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008.

(b) O montante de R\$1.080 do fundo previdencial do GEAPrev para o exercício de 2012 (R\$ 776 em 2011) foi constituído para suprimento de eventuais déficits técnicos com benefícios concedidos.

9. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

9.1. Receitas

Representam as Contribuições Administrativas (Patrocinadoras e Participantes) transferidos da Gestão Previdencial, recursos transferidos dos Investimentos e reembolso efetuado pela Gestão Assistencial para cobertura dos gastos administrativos, conforme demonstrado a seguir:

		2012	2011
Receitas Administrativas			
Custeio Administrativo Previdencial	(a)	4.134	3.784
Custeio Administrativo de Investimentos	(b)	9.066	6.776
Reembolso da Gestão Assistencial	(c)	160.911	159.923
Outras		<u>852</u>	<u>0</u>
Total		<u>174.963</u>	<u>170.483</u>

Os recursos destinados ao Custeio Administrativo de Investimentos foram suportados pelo Plano Previdencial de Pecúlio Facultativo no montante de R\$ 9.066 em 2012 (R\$ 6.776 em 2011).

(a) Custeio Administrativo Previdencial

Correspondem às transferências dos planos de benefícios referentes às Contribuições Administrativas efetuadas pelas Patrocinadoras e Participantes. As Patrocinadoras e Participantes contribuíram com 5% sobre suas contribuições.

(b) Custeio Administrativo de Investimentos

São as transferências, efetuadas mensalmente de recursos dos investimentos, correspondentes aos gastos administrativos necessários para gestão dos recursos garantidores dos planos.

(c) Reembolso da Gestão Assistencial

Conforme determina a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 as despesas administrativas de plano de assistência e saúde devem ser auferidas e custeadas integralmente com recursos do próprio plano de assistência e saúde. Desta forma, todos os gastos administrativos da Gestão Assistencial foram reembolsados ao PGA.

9.2. Despesas

As despesas administrativas foram suportadas pelas receitas advindas da Gestão Previdencial, dos recursos dos Investimentos, do reembolso da Gestão Assistencial e quando necessário utilizou-se recursos do Fundo Administrativo aprovado em orçamento. As despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas gestões (Previdencial, Assistencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com as atribuições do pessoal alocado em cada uma das gestões.

Os percentuais obtidos para alocação das despesas administrativas, durante os exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

Despesas Administrativas	2012		2011	
Gestão Previdencial	10.371	6,02%	9.211	5,41%
Gestão Investimentos	990	0,57%	1.164	0,68%
Gestão Assistencial	<u>160.911</u>	<u>93,91%</u>	<u>159.923</u>	<u>93,91%</u>
Total	<u>172.272</u>	<u>100,00%</u>	<u>170.298</u>	<u>100,00%</u>

9.3 A composição dos saldos do ativo e passivo por fundo é como segue:

	2012					2011				
	Plano de Pecúlio Facultativo	Plano GEAPrev	PGA	Gestão Assistencial	Consolidado	Plano de Pecúlio Facultativo	Plano GEAPrev	PGA	Gestão Assistencial	Consolidado
Ativo										
Disponível	0	11	2		13	21	4	1	-	26
Gestão previdencial	10.783	29			10.812	10.081	4	-	-	10.085
Gestão administrativa		0	1.060		1.060	-	0	852	-	852
Investimentos	1.985.136	22337	4.149		2.011.622	1.793.542	16.195	2.284	-	1.812.021
Permanente	-		1.971		1.971	-	-	1.143	-	1.143
Gestão assistencial	-	-	-	510.974	510.974	-	-	-	518.888	518.888
	1.995.920	22.377	7.182	-	2.536.453					
Passivo										
Gestão previdencial	7.297	20			7.316	6.591	0	-	-	6.591
Gestão administrativa			893		893	0	-	916	-	916
Investimentos					0	0	-	-	-	0
Exigível contingencial	41.443				41.443	39.991	-	-	-	39.991
Patrimônio de cobertura do plano	1.885.313	21.277			1.906.590	1.698.672	15.427	-	-	1.714.099
Fundos	61.867	1.080	6.289		69.237	58.390	776	3.364	-	62.530
Gestão assistencial				510.974	510.974	-	-	-	518.888	518.888
Total	<u>1.995.920</u>	<u>22.377</u>	<u>7.182</u>	<u>510.974</u>	<u>2.536.453</u>	<u>1.803.644</u>	<u>16.203</u>	<u>4.280</u>	<u>518.888</u>	<u>2.343.015</u>

10. GESTÃO ASSISTENCIAL

10.1. Principais práticas contábeis do Plano de Assistência e Saúde

- (a) Ativos e passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável,

após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a.1) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, a redução ao valor recuperável é efetuada com base na Instrução Normativa - RN Nº 290/2012.

(iv) *Baixa de ativos e passivos financeiros:*

A GEAP baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

a.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

- b) Imobilizado: Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de perdas por *impairment*, se aplicável. O custo é deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, com base na expectativa de vida útil estimada dos bens por espécie, avaliados pela Administração como adequados e dentro de premissas de mercado (nota explicativa nº 10.2.5). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.
- c) Redução ao valor recuperável de ativos: No fim de cada exercício, a GEAP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
- d) Demais ativos circulantes e não circulantes: São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
- e) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados: Constituída para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham possivelmente ocorrido, mas que não tenham sido registrados na contabilidade em virtude da falta de aviso por parte do prestador de serviço. O Valor dessa provisão é calculada seguindo as orientações da Resolução

Normativa ANS nº 209, de 22 de Dezembro de 2009, podendo ser feito o estudo atuarial de metodologia própria para a sua composição.

- f) Provisões: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

- g) Receitas e Despesas: A geração das receitas advém dos planos de assistência aos beneficiários e do rendimento das aplicações. As receitas são contabilizadas pelo regime de competência, sendo a primeira registrada pró-rata dia em conformidade com o período de cobertura nos casos de faturamento antecipado.

As despesas em sua grande maioria advém dos eventos indenizáveis, ou seja, pela utilização dos planos de assistência por parte dos beneficiários. Há também as despesas administrativas para gerir os planos de assistência. As despesas são contabilizadas pelo regime de competência seguindo a Instrução Normativa - IN Nº 46, de 25 de fevereiro de 2011, revogada pela Resolução Normativa Nº 290, de 27 de fevereiro de 2012.

10.2. Composição do Saldo de Assistência à Saúde - Ativo e Passivo

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE	<u>463.399</u>	<u>463.399</u>	PASSIVO CIRCULANTE	<u>542.343</u>	<u>437.658</u>
Disponível	128	207	Provisões Técnicas de Op.	(v) 508.503	410.206
Aplicações	(i) 173.460	137.867	Débitos de Op. de Assistência	855	680
Créditos de Op. de Assistência	(ii) 268.641	306.014	Tributos e Contrib. a Recolher	(vi) 14.867	11.931
Títulos e Créditos a Rec.	(iii) 58	17.235	Débitos Diversos	(vii) 18.118	14.841
Outros Valores e Bens	23.925	2.076	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(viii) <u>25.435</u>	<u>51.335</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>44.762</u>	<u>55.489</u>	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	0	37.807
Realizável a longo prazo	(iii) 25.573	37.532	Provisões	25.435	13.528
Imobilizado	(iv) 19.189	17.957	PATRIMÔNIO SOCIAL,	<u>(56.804)</u>	<u>29.895</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>510.974</u>	<u>518.888</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>510.974</u>	<u>518.888</u>

- (i) Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de aplicações financeiras monta em R\$ 173.460 (R\$ 137.867 em 31 de dezembro de 2011). Este montante está integralmente alocado nos fundos BB Renda Fixa LP Dedicado ANS (aberto) e BB Prime 18 FIRF (exclusivo). Os títulos que compõem a carteira de investimento dos referidos fundos estão classificados na categoria “títulos para negociação”. Desta forma estão avaliados pelo valor de mercado, sendo suas quotas divulgadas pelas administradoras e os rendimentos são reconhecidos pela variação das quotas deduzidos do imposto de renda. As respectivas carteiras consolidadas estão demonstradas no quadro a seguir:

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil 2012</u>	<u>Valor Contábil 2011</u>
LFT	2012	-	10.575
LFT	2013	6.389	7.504
LFT	2014	20.321	19.747
LFT	2015	13.125	9.251
LFT	2016	12.199	10.043
LFT	2017	6.894	11.048
LFT	2018	-	1.004
NTN-B	2012	-	1.307
LTN	2012	-	926
LTN	2013	1.013	-
LTN	2014	2.335	1.160
LTN	2015	1.377	255
LTN	2016	824	929
LFT-O	2012	-	59.790
LFT-O	2013	19.913	-
LFT-O	2017	11.888	-
LTN-O	2012	-	5.336
LTN-O	2013	77.183	-
Saldos a pagar /a receber		(1)	(1.009)
Total		173.460	137.867

A Agência Nacional de Saúde Suplementar, em sua Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009, determina que as Operadoras de Plano de Saúde garantam financeiramente suas operações. A Fundação possui aplicações vinculadas às suas provisões técnicas no montante de R\$ 163.200 (R\$ 130.829 em 2011). O saldo das operações não vinculadas é de R\$ 10.260 (R\$ 7.038 em 2011).

(ii) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber	<u>205.675</u>	<u>241.681</u>
Convênio a Receber (a)	320.248	284.721
(-) Faturamento Antecipado (b)	(24.743)	(20.770)
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC (c)	(89.830)	(22.270)
Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde (d)	<u>62.966</u>	<u>64.333</u>
Participação dos Beneficiários em eventos Indenizáveis	79.552	80.678

(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC	(17.915)	(19.521)
Outros	<u>1.329</u>	<u>3.176</u>
Total	<u>268.641</u>	<u>306.014</u>

(a) Convênios a Receber

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012, por data de vencimento, é conforme segue:

	2012	2011
A Vencer	283.313	255.635
Vencidos até 30 dias	5.112	3.715
Vencidos de 31 até 60 dias	4.663	1.936
Vencidos de 61 até 90 dias	2.724	1.165
Vencidos há mais de 90 dias	<u>24.436</u>	<u>22.270</u>
Total	<u>320.248</u>	<u>284.721</u>

Refere-se aos valores a receber pela prestação de serviço da Fundação em planos de assistência, médico hospitalar e odontológica, valores estes devidos pelas patrocinadoras e pelos participantes. As provisões são reconhecidas para os créditos dos títulos de cobrança em aberto há mais de 90 dias.

(b) Faturamento antecipado:

São valores cobrados anteriores ao período de cobertura do beneficiário sendo registrado como redução de receita, por se tratar de uma obrigação antecipada com o beneficiário.

(c) Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC

Foram feitas provisões no montante de R\$ 74.391, referente parte de *percapita* das contribuições das patrocinadoras e contribuições dos assistidos, relativo à diferença de cadastro.

d) Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis

São valores a receber dos beneficiários a título de coparticipação em determinados procedimentos realizados, conforme previsto nos regulamentos dos planos de saúde, sendo esses valores cobrados mensalmente junto à mensalidade do plano, tendo um teto máximo de cobrança mensal o valor de 10% do valor do salário do participante. Estes valores são atualizados mensalmente pelo INPC. Em função do prazo para recebimento destes ativos de Participação dos Beneficiários, a Fundação possui em 2012, provisão para realização destes ativos no montante de R\$ 17.915 (R\$ 19.521 em 2011).

(iii) Títulos de créditos a receber

		2012	2011
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Principal) – Curto Prazo	(a)	3.962	3.962
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Encargos) – Curto Prazo	(a)	15.650	13.235
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Principal) – Longo Prazo	(a)	3.962	7.923
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Encargos) – Longo Prazo	(a)	15.326	26.471
Outros		<u>58</u>	<u>38</u>
Total		<u>38.958</u>	<u>51.629</u>
Curto prazo		19.670	17.235
Longo prazo		19.288	34.394

(a) São registrados nessa conta os créditos tributários e demais direitos inerentes à atividade da operadora. Refere-se aos encargos incidentes sobre as contribuições pagas em atraso da patrocinadora ex-INAMPS no período de 1990 até 1993. O processo foi transitado em julgado em março de 2004, a favor da Fundação. A GEAP fez a execução de títulos sendo que a União está pagando em 10 parcelas anuais, através de precatórios. No exercício de 2012, foi recebida a 8ª parcela no valor R\$ 18.181, restando assim, duas parcelas para a quitação do processo. No circulante encontra-se contabilizada a parcela a ser recebida no exercício de 2013, sendo a outra parcela restante contabilizada no longo prazo. Os valores das parcelas são atualizados pela variação do IPCA-E, cuja receita em 2012 de atualização é R\$ 5.489, sendo de R\$ 3.399 (curto prazo) e R\$ 2.090 (longo prazo), e sua contra partida reconhecida na como receita financeira por recebimento em atraso.

(iv) Imobilizado

	2012			2011	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Vida Útil
Imóveis	14.459	(33)	14.426	14.635	50 anos
Máquinas e Equipamentos	2.010	(1.218)	792	848	10 anos
Sistema de processamento de dados	10.461	(7.936)	2.525	981	5 anos
Móveis e Utensílios	4.678	(3.297)	1.381	1.243	10 anos
Veículos	<u>144</u>	<u>(79)</u>	<u>65</u>	<u>94</u>	5 anos
Total	<u>31.752</u>	<u>(12.563)</u>	<u>19.189</u>	<u>17.801</u>	

(a) Com a separação dos registros contábeis juntamente com o patrimônio, conforme determinado na Instrução Conjunta SPC/ANS nº 1, de 18 de dezembro de 2008, o valor do imóvel próprio da sede da GEAP, localizado no Terraço Shopping Torre B 2º, 3º e 4º andares, no Octogonal Sul – Brasília/DF, foi dividido entre os planos de previdência e Plano de Assistência e Saúde. Dessa forma, está registrado 92,98% (noventa e dois vírgula noventa e oito por cento) do valor no Plano de Assistência e Saúde e 7,02% (sete vírgula zero dois por cento) no plano previdencial. Este imóvel esta dado em garantia ao processo judicial nº 200434000017553-1.

Em 2012, a Fundação avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu não haver perdas por impairment. Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao “CPC 27 - Imobilizado” e ao “ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27 - Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimentos”.

(v) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	2012	2011
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar (a)	287.744	239.034
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS (b)	<u>31.332</u>	-
Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (d.2)	<u>189.427</u>	<u>171.172</u>
Total	<u>508.503</u>	<u>410.206</u>

(a) Os valores dos eventos indenizáveis são registrados na data em que o prestador entra em contato com a operadora, em conformidade a Resolução Normativa nº 209 da ANS, de dezembro de 2009, Resolução Normativa – RN Nº 227, de 19 de agosto de 2010 e Resolução Normativa – RN Nº 278, de 17 de novembro de 2011.

(b) Nesta conta são registrados os valores de provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS, esses valores são registrados na contabilidade através dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABI. Em 2012 foi feita reclassificação da Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS.

(c) A Operadora registra a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, em conformidade ao inciso II do artigo 16 da Resolução Normativa – RN Nº 209, de 22 de dezembro de 2009, ou seja, 12% (doze por cento) do total de contraprestações/prêmios nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, exceto aquelas referentes às contraprestações odontológicas. Além da provisão mencionada acima, foi registrado a provisão de eventos ocorridos e não avisados referente ao ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS, cujo

montante é de R\$ 17.487, relativo ao período de período de janeiro de 2011 até dezembro de 2012.

A composição do saldo da provisão de eventos a liquidar é conforme segue:

	2012	2011
Em aberto há 30 dias	89.284	100.646
Em aberto há 60 dias	109.215	83.921
Em aberto há 90 dias	23.619	49.026
Em aberto há 120 dias	28.376	2.381
Em aberto há mais de 120 dias	<u>68.582</u>	<u>3.060</u>
Total	<u>319.076</u>	<u>239.034</u>

São registrados os valores de provisão dos eventos indenizáveis que não foram avisados pelos prestadores, porém já ocorreram.

(vi) Tributos e Contribuições a Recolher

	2012	2011
Contribuições Previdenciárias	5.260	3.910
Contribuições Retidas de Terceiros	3.701	3.189
Imposto de Renda Retido na Fonte	2.914	2.198
Impostos Sobre Serviço Retido na Fonte	1.997	1.731
FGTS a Recolher	717	672
Salário Educação a Pagar	157	148
Outros	<u>121</u>	<u>83</u>
Total	<u>14.867</u>	<u>11.931</u>

(vii) Débitos Diversos

	2012	2011
Obrigações com o Pessoal (a)	12.359	11.690
Fornecedores (b)	4.612	2.810
Depósitos de Terceiros	1	-
Outros Débitos a Pagar	<u>1.146</u>	<u>341</u>
Total	<u>18.118</u>	<u>14.841</u>

- (a) São registrados os valores com as obrigações com os colaboradores como: salários, rescisão, pensão alimentícia, auxílio creche, seguro per capita dos colaboradores, valores de gastos com previdência complementar, plano de saúde, provisão de férias e demais valores.
- (b) São registrados os valores gastos com fornecedores de serviços e bens administrativos, com destaque para os serviços contratados de limpeza e conservação e decreto Nº 3.297, de 17 de dezembro de 1999, que se trata do valor cobrado pelo SERPRO para realizar a cobrança no contracheque dos nossos beneficiários.

(viii) Passivo não circulante

	2012	2011
Provisão de Eventos a Liquidar - SUS (a)	0	37.808
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (b)		
Cíveis	22.463	12.899
Trabalhistas	<u>2.972</u>	<u>629</u>
Total	<u>25.435</u>	<u>51.336</u>

(ix) Exigível à Longo Prazo

	2012	2011
Provisão de Eventos a Liquidar - SUS (a)	0	37.808
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (b)		
Cíveis	22.463	12.899
Trabalhistas	<u>2.973</u>	<u>629</u>
Total	<u>25.435</u>	<u>51.336</u>

(a) Provisão de Eventos a Liquidar - SUS

Em 2012 os valores provenientes de Provisão de Eventos a Liquidar do SUS foram reclassificados no Passivo Circulante na conta de Provisões Técnicas.

(b) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Neste grupo estão registrados os valores referentes aos contingenciamentos, decorrentes de processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

A Fundação reconhece a provisão apenas para os processos cuja probabilidade de perda financeira é considerada provável.

A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é conforme segue:

Abaixo demonstramos a composição dos litígios relativos ao Plano de Assistência e Saúde, tendo a Entidade como ré, e os respectivos riscos financeiros associados aos prognósticos de perda.

	Cíveis (*)	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	12.899	629	13.528
Constituição (**)	21.162	3.979	25.141
Pagamentos	(10.901)	(752)	(11.653)
Reversões (**)	(697)	(884)	(1.581)
Saldo Final	<u>22.463</u>	<u>2.972</u>	<u>25.435</u>

(*) Refere-se a 1.036 processos cíveis de naturezas diversas, as quais incluem danos morais, reembolso de despesas médicas e realização de procedimentos que supostamente não estariam cobertos pelo plano.

(**) As constituições de provisões, líquida das reversões foram registradas em contra partida à conta de “Outras despesas Operacionais – Provisão para contingências” (R\$ 20.465) e na rubrica de “despesas administrativas” (R\$ 3.095).

Abaixo demonstramos a composição dos litígios classificados como risco de perda possível relativos ao Plano de Assistência e Saúde, tendo a Entidade como ré, e os respectivos riscos financeiros:

	2012		2011
	Valor da Causa	Valor do Risco	Valor do Risco
Riscos trabalhistas	3.859	4.842	2.405
Riscos cíveis	90.713	109.352	86.512
Riscos fiscais	<u>84.641</u>	<u>12.943</u>	<u>12.187</u>
Total	<u>179.213</u>	<u>127.137</u>	<u>101.104</u>

Os principais litígios classificados com prognóstico de perda possível são:

- Processo nº 97001097942-3, com valor estimado R\$ 22.058 (R\$ 20.771 em 2011) - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada pela Clínica Nossa Senhora de Lourdes, na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, na qual pleiteiam supostas diferenças glosadas pela GEAP, referentes às guias de atendimento médico, no período compreendido entre

junho de 1993 e dezembro de 1996, acrescidas de multa contratual, juros moratórios, danos morais e materiais.

- Processo nº 200434000017553-1, com valor estimado R\$ 12.618 (R\$ 11.882 em 2011)
 - Trata-se de uma ação tributária com exigência de PIS no período de janeiro de 1996 a dezembro de 2000, alicerçada no alargamento da base de tributação de faturamento para receitas, somente assim atingindo as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Inconstitucionalidade do art.3º, §1º da Lei nº 9.718/98.
- Processo nº 4720118040001 com valor estimado R\$ 6.000 - Trata-se de uma ação da vara cível ajuizada pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Amazonas, no qual pleiteia divulgar de forma pública a lista de profissionais médicos credenciados e descredenciados.
- Processo nº 002407447141-8, com valor estimado de R\$ 3.814 (R\$ 3.591 em 2011) - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada pela Ângela Maria Martins Galvão e outros, na Justiça Estadual de Minas Gerais, na qual pleiteia indenização por erro médico.
- Processo nº 583002012174318-7 com valor estimado R\$ 2.518 - Trata-se de uma ação da vara cível ajuizada pelo Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, no qual pleiteia a quitação dos débitos com despesas médicas hospitalares.
- A Fundação é parte em outros 2.840 processos cíveis (2.443 em 2011), classificados como risco de perda possível, com pleitos diversos, os quais são controlados e monitorados pela Administração analiticamente. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende que o prognóstico de perda nestes processos é possível.

Mandado de segurança nº 25855:

Encontra-se em tramitação no Supremo Tribunal Federal o mandado de segurança nº 25855, impetrado em 23 de fevereiro de 2006 pela FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social e outras entidades representativas dos servidores públicos federais, cujo objeto é o acórdão nº 458/2004, editado pelo TCU. O referido acórdão limitou a possibilidade da GEAP firmar convênio de assistência à saúde, apenas aos seus instituidores (Ministério da Saúde, Ministério da Previdência, INSS, Ministério do Trabalho e DATAPREV), isto é, pretendeu o TCU limitar a possibilidade da GEAP conveniar com os outros órgãos apresentados na nota explicativa nº 1, tendo em vista que no entendimento do TCU para a continuidade dos demais convênios deveria a GEAP participar de licitação.

Diante dessa realidade a FENASPS e outras Entidades de Classe ajuizaram o mandado de segurança no STF com o intuito de garantir a assistência à saúde dos servidores públicos

federais e, por consequência, viabilizar a continuidade dos demais convênios firmados pela GEAP.

O processo encontra-se em julgamento, estando o resultado de momento em 4 votos favoráveis ao entendimento do TCU e 3 votos favoráveis a tese defendida pela Entidade. Entretanto, permanecem incólumes os efeitos da liminar deferida pelo Ministro relator – Ayres Britto – o que permite à GEAP a continuidade de faturamento dos convênios enquanto a referida decisão vigorar. Até o momento os autos permanecem sem decisão final, faltando os votos de seis Ministros.

Caso o processo tenha um desfecho desfavorável, a Fundação estará impedida de atuar como operadora de saúde dos órgãos apresentados na nota explicativa nº 1, com exceção de seus instituidores.

Segregação das operações de previdência e assistência a saúde:

Atualmente, a GEAP opera os segmentos de previdência e assistência à saúde sobre o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sendo ambos regulados por órgãos diferentes do governo, a saber: Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a qual, por meio do Ofício nº 180/CGTR/DITEC/PREVIC, de 23 de janeiro de 2012, comunicou a GEAP a concessão de prazo adicional até 30 de maio de 2012, para criação e implantação da GEAPPREVIDÊNCIA. A GEAP, por sua vez, enviou a CARTA/GEAP/DIREX Nº. 91/12, informando que o Conselho Deliberativo decidiu por meio da Resolução nº. 625/2012, revogar deliberação anterior que tratava sobre o tema, informando que, caso for do interesse da Fundação, futuramente o assunto poderá ser pautado novamente.

(c) Patrimônio Social

Constituído de acordo com o regulamento do Plano de Assistência e Saúde, destina-se à manutenção do seu equilíbrio, objetivando cobertura das oscilações de custos e subsídio ao aposentado e é apurado pelo resultado positivo ou negativo entre as receitas e despesas da GEAP, acrescido da remuneração das aplicações financeiras.

10.3 Demonstração do resultado – Plano de Assistência e Saúde

Demonstração do resultado do exercício	2012	2011
Contraprestações Efetivas Ganhos de Plano de Assistência e Saúde	1.661.136	1.442.075
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(1.468.698)</u>	<u>(1.370.741)</u>
Resultado das operações relacionadas ao plano de saúde	192.438	71.334
Outras despesas não relacionadas a planos de saúde		<u>(1.242)</u>
Resultado bruto	192.438	70.092
Despesas operacionais (a)	<u>(307.663)</u>	<u>(218.860)</u>

Resultado Financeiro Líquido	28.489	41.761
Resultado patrimonial	<u>38</u>	<u>(7)</u>
Déficit líquido	<u>(86.698)</u>	<u>(107.014)</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o Conselho Deliberativo aprovou, através RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL Nº 616, de 29 de março de 2012 o novo modelo de custeio para os titulares e dependentes dos planos assistenciais e acredita que as medidas adotadas serão suficientes para reverter a situação de déficit apresentada no Plano de Assistência e Saúde nos últimos exercícios, sem comprometer sua liquidez e níveis atuais de solvência.

As patrocinadoras durante o exercício de 2012 repactuaram com o novo valor do custeio, sendo que foi feito em quase sua totalidade no final do ano. Este fato gerou déficit no exercício que, será equacionado em 2013, conforme estudos atuariais.

A fundação elaborou estudos atuariais, financeiros e orçamentários e apresentou junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, um Plano de Adequação Econômica Financeira – PLAEF (Resolução Normativa – RN nº 307, de 22 de outubro de 2012) que contemplam as projeções para o período de janeiro de 2013 até junho de 2014, conforme CARTA/GEAP/DIREX/Nº20/2013, datada de 05 de fevereiro de 2013, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo, em Reunião Extraordinária, conforme Ata nº 71 de 06 de dezembro de 2012.

A Administração da GEAP avalia que essas medidas serão suficientes para reverter à situação de déficit apresentada no Plano de Assistência e Saúde.

10.4 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As despesas com pessoas chaves da administração foram como segue:

	2012	2011
Salários, Encargos e Benefícios.	3.078	2.392
Plano de Previdência (Parte Empresa)	20	29
Seguro de Vida (Parte Empresa)	1	1
Plano de saúde (Parte Empresa)	8	8
Diárias	<u>61</u>	<u>171</u>
TOTAL	<u>3.168</u>	<u>2.601</u>

A remuneração foi aprovada pelo Conselho Deliberativo conforme RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL Nº 517, de 27 de janeiro de 2011, que contempla o acordo coletivo com os salários dos Diretores e os benefícios e as diárias pelo Manual de Procedimentos Gerais MPG/NTG -008/11.

10.5 Instrumentos Financeiros

A Fundação está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas ao plano de assistência. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar as operações de saúde na Entidade, destacam-se:

- a) Riscos de taxas de juros: A Fundação está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de suas aplicações em renda fixa.
- b) Risco de crédito: O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus participantes ou patrocinadores, sendo este atenuado pela cobrança a uma base pulverizada e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Entidade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa. Adicionalmente há o risco de crédito para os créditos relativos a operações com planos de saúde e títulos e créditos a receber, cuja provisão para fazer face a este risco esta demonstrada na nota explicativa nº 10.2.
- c) Risco operacional: o risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

O gerenciamento do risco operacional acompanha a alteração nos cenários de exposição a riscos a que a Fundação está sujeita, refletindo o ambiente de suas operações e os compromissos com os resultados que a Entidade tem para com os participantes, funcionários, órgãos reguladores e Sociedade. A Entidade monitora os riscos operacionais através do procedimento de auto-avaliação de riscos e controles, atualizado anualmente.

A Fundação participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2012	2011
<u>Ativos financeiros</u>		
Disponível	128	207
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	<u>173.460</u>	<u>137.867</u>
Aplicações financeiras	173.460	137.867
Recebíveis mensurados ao custo amortizado (*)	<u>308.021</u>	<u>357.643</u>
Contraprestação Pecuniária/ Prêmio a Receber	205.675	241.681
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	62.966	64.333
Títulos e créditos a receber (circulante e não circulante)	39.380	51.629
<u>Passivos financeiros ao custo amortizado (*)</u>	<u>4.612</u>	<u>2.810</u>
Fornecedores	4.612	2.810

10.6 Coberturas de Seguros

A Fundação adota política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas são estendidas a todos os imóveis de suas gerências regionais e de sua sede administrativa, com valor de sinistro limitado a R\$3.060, o que é considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

11 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva em 14 de março de 2013.

JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES
Diretor Executivo
CPF: 067.443.975-91

VANILDA APARECIDA ALVES
Diretora de Finanças
CPF: 210.849.631-91

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

GEAP - Fundação de Seguridade Social

*Demonstrações Financeiras para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes*

MG AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PAR 13/006

Aos

Administradores da

GEAP – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da **GEAP - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela **FUNDAÇÃO**, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **GEAP – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfases

Déficits Acumulados no Plano de Assistência e Saúde (PAS)

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o assunto comentado nas Notas Explicativas n°s 1 e 10.3, a respeito dos déficits acumulados nos últimos exercícios pelo Plano de Assistência e Saúde – PAS gerido pela Fundação. Diversos estudos técnicos atuários sobre o custeio dos planos de saúde foram elaborados, resultando na aprovação pelo Conselho Deliberativo, por meio da RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL N° 616, de 29 de março de 2012, do

novo modelo de custeio dos planos assistenciais da GEAP. A Administração da Fundação avalia que essas medidas serão suficientes para reverter a situação de déficit apresentada no Plano de Assistência e Saúde.

Formalização de convênios de assistência à saúde com órgãos públicos

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o assunto comentado na Nota Explicativa nº 10.2, a respeito do acórdão nº 458/2004, editado pelo TCU, que limitou a possibilidade da GEAP firmar convênio de assistência à saúde apenas com seus instituidores (Ministério da Saúde, Ministério da Previdência, INSS, Ministério do Trabalho e DATAPREV), estabelecendo a necessidade de processo licitatório para formalização de convênios com demais órgãos públicos. A FENASPS e outras entidades de classe impetraram mandado de segurança, que se encontra em tramitação no Supremo Tribunal Federal, pleiteando assegurar o direito à assistência à saúde dos servidores públicos federais. A continuidade dos convênios firmados com os órgãos públicos, não instituidores da GEAP, está condicionada ao desfecho judicial deste processo.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Brasília, 15 de março de 2013.

MG AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/MG – 005455/O-1 “S” DF

JOSIAS OLIVEIRA BARROS NETO

Contador CRC/DF 09386/O-1

NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO

Contador CRC/DF 013421/O-9

Referência: Cálculo Atuarial Plano de Pecúlio Facultativo
Interessado: Gerência de Contabilidade – GECONT

PARECER Nº 001/2013

Parecer Atuarial do Plano
de Pecúlio Facultativo.

O PPF Plano de Pecúlio Facultativo - CNPB nº. 19.900.011-65 - é de modalidade Benefício Definido e recebe contribuições apenas do participante, não havendo contraparte do patrocinador. O Pecúlio Por Morte, seu benefício principal, é calculado em função do salário do participante e de um multiplicador que varia entre múltiplos de 10 entre 10 e 100.

A contribuição média do participante de 3,65% da folha de salários, reduzida em 10%, e é próxima ao percentual do Custo Normal, 3,61% conforme indicado na avaliação atuarial, motivo pelo qual indicamos sua manutenção.

A despesa administrativa do PPF tem como fonte de custeio 5% das contribuições, complementada pela rentabilidade dos investimentos até o referido valor.

A rentabilidade nominal acumulada de janeiro a dezembro de 2012 do PPF foi 13,10%, superando a meta atuarial de INPC + 5%, que totalizou 11,51%, de acordo com informações da Gerência de Investimentos – GEINV.

As informações cadastrais posicionadas em 31/12/2012 foram consideradas consistentes e serviram de base à avaliação atuarial de mesma data, que utilizou as seguintes hipóteses: juros reais anuais: 5%;

- projeção de crescimento real de salários e benefícios: 0,00%.
- tábua de mortalidade: GKM 1970;
- fator de determinação de salários e benefícios: 1,00;

Os principais riscos do plano são a hipótese de mortalidade e de rentabilidade financeira. Entretanto, o Plano tem como hipótese de mortalidade a dada pela tábua de mortalidade GKM 1970, que é bastante conservadora, visto que o principal benéfico do Plano é o de Pagamento de Pecúlio por Morte. Com relação à rentabilidade financeira, no ano de 2012 a meta atuarial foi superada, mas ainda assim, este parâmetro será revisto para o ano de 2013.

Conforme estudos técnicos realizados no âmbito da GEAP combinados com indicação em teste de aderência das hipóteses atuariais, para o ano de 2013 serão adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- juros reais anuais: 4%;
- projeção de crescimento real de salários e benefícios: 2,15%.
- tábua de mortalidade: GKM 1970;
- fator de determinação de salários e benefícios: 0,971;
- Rotatividade: 1,33%.

Os Resultados apurados em 31/12/2010, 31/12/2011 e 31/12/2012.

	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Ativo líquido	R\$ 1.614.924.247,56	R\$ 1.757.062.156,70	R\$ 1.947.180.509,47
Reservas matemáticas	R\$ 1.232.334.712,20	R\$ 1.305.543.979,09	R\$ 1.287.278.858,35
Superávit técnico	R\$ 327.111.464,83	R\$ 393.128.136,81	R\$ 598.034.294,16
Reserva de Contingência	R\$ 308.083.678,05	R\$ 326.385.994,78	R\$ 321.819.714,59
Fundo Administrativo	R\$ 2.958.781,33	R\$ 3.364.439,45	R\$ 6.288.684,29
Reserva Especial	R\$ 19.027.786,78	R\$ 66.742.142,03	R\$ 276.214.579,57
Fundo Revisão de Plano	R\$ 55.478.070,53	R\$ 58.390.040,80	R\$ 61.867.356,96

Observa-se que as reservas matemáticas tiveram redução, visto que, apesar de o Plano estar aberto ainda a novas inscrições, o número de participantes vem se reduzindo a cada ano. Por ser o terceiro ano consecutivo de formação de Reserva Especial, ao longo do ano de 2013 serão realizados estudos no âmbito da GEAP que darão suporte a destinação desta reserva.

Este é o nosso parecer.

Brasília, 14 de março de 2013.

ADILSON MORAES DA COSTA
Atuário MIBA 1.032 – MTE/RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E GESTÃO DE 2012

Em conformidade com o Parágrafo 4º do Art. 23 do Estatuto da GEAP - Fundação de Seguridade Social, e consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2012, Consolidadas: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), das Demonstra es Individualizadas por Plano de Benefícios: Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL) e Demonstrac o das Obriga es Atuariais do Plano (DOAP) e das Demonstra es Contábeis do Plano de Assistência a Saúde, padrão ANS, consubstanciado pelo Parecer Actuarial elaborado pelo Actu rio Adilson Moraes da Costa, MIBA n  1.032-MTE/RJ, responsável técnico pelos Planos de Benefícios: Pecúlio Facultativo (PPF) e GEAPREV, assim como pelos Relatórios/Pareceres da Auditoria Independente emitidos pela Empresa Baker Tilly Brasil - MG Auditores Independentes - CRC/MG n  005455/O-1 “S”DF.

Diante das análises efetuadas recomenda ao Conselho Deliberativo (CONDEL), a aprova o das referidas Demonstra es Contábeis, com destaque nas seguintes  nfases:

PLANOS PREVIDENCIÁRIOS:

1. Possíveis riscos de perdas nos investimentos relacionados   Institui o Financeira BVA, tendo sido provisionado para perda o saldo devedor da CCB Bolero.
2. Ressaltamos a ocorrência do registro de provisões para perdas nos investimentos do Plano de Pecúlio Facultativo (PPF) relacionadas aos Fundos de Investimentos Primazia.
3. Sobre os impactos em rela o às perdas ocorridas nos FIDC Agro e Union, consta cita o nas Notas Explicativas item 4.3 transcrita a seguir:

“a) Em 2007, a Funda o aplicou R\$66.545 no fundo Eco Multi Commodities, em quotas s nior cuja classifica o efetuada pela agência de riscos Fitch Ratings atribuiu nota A (bra), considerado um investimento de baixo risco de crédito. A classifica o emitida pela Standard & Poor’s, em setembro de 2010 e mantida no relatório de monitoramento emitido em abril de 2011, atribuiu nota BB(bra), que indica ser um investimento de risco moderado. Em 2011, a GEAP recebeu a título de amortiza o no montante de R\$50.619 (sendo que neste exercício o valor recebido foi de R\$23.353), sendo este valor majoritariamente vinculados a créditos para perdas. O saldo contábil da carteira   de R\$2.534 em 2012 (R\$4.628 em 2011).

b) Em 2008, a Entidade aplicou R\$50.000 no fundo Union National FIDC Financeiro e Mercantis, uma vez que o mesmo havia sido classificado, na ocasião, como investimento de baixo risco de crédito de acordo com relatório de risco emitido pela agência de risco, a AUSTIN Ratings, que atribuiu nota AA, a 2  maior nota na escala desta agência. Entretanto, apesar da amortiza o parcial no valor de R\$4.929 em 2009, o acentuado provisionamento dos créditos, notadamente no referido ano e em 2010, acima de 90% da carteira, ocasionou rebaixamentos de classifica o. O saldo contábil R\$692 em 2012 (R\$690 em 2011).”

PLANO ASSISTENCIAL:

1. Ressaltamos que existe o risco da continuidade de desequilíbrio do plano, em função da sua crescente insolvência patrimonial, além das contingências judiciais e do acórdão nº 458/2004 do Tribunal de Contas da União (TCU).
2. O agravamento do déficit e da insuficiência patrimonial em 2012 decorreu, também, do fato de que a efetivação financeira relativa às repactuações dos convênios, previstas no plano de custeio aprovado pela RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL/Nº 616 em 29.03.2012, não ocorreram no mesmo período, e sim ao longo do exercício.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

DJALTER RODRIGUES FELISMINO

Presidente do Conselho Fiscal

LEONILDE SILVA

Conselheira Fiscal Titular eleita do MS

MARLUCIA AGUIAR DE SOUZA

Conselheira Fiscal Titular indicada do MS

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA

Conselheiro Fiscal Titular indicado do INSS